

## XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXV ENANCIB

### GT 5 – Política e Economia da Informação

#### DINÂMICAS INFORMACIONAIS NA RESISTÊNCIA AMAZÔNICA

##### *INFORMATION DYNAMICS IN THE AMAZON RESISTANCE*

**Liz-Rejane Issberner** – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia;  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ibict; UFRJ)

**Julia Santos Rodrigues Dias** – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia;  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ibict; UFRJ)

#### **Modalidade: Resumo Expandido**

**Resumo:** a preservação da biodiversidade na Amazônia brasileira enfrenta desafios estruturais impostos por um sistema de poder que favorece grandes corporações neoextrativistas. A sociedade civil desempenha um papel fundamental na resistência, especialmente por meio da mediatização das violências e ameaças contra populações tradicionais e a sociobiodiversidade. Este trabalho investiga como atores específicos, tais como comunicadores populares, jornalistas de mídias locais independentes e lideranças de comunidades tradicionais — atuam em meios digitais para denunciar conflitos socioambientais e mobilizar redes de apoio. A pesquisa, em andamento, adota uma abordagem qualitativa em três etapas: (i) mapeamento de sites e plataformas de mídia independente que divulgam denúncias sobre ameaças a defensores da sociobiodiversidade; (ii) conversas exploratórias com comunicadores e jornalistas que atuam em sites especializados na internet; e (iii) conversas presenciais com ativistas e lideranças comunitárias em Belém e Santarém, no estado do Pará, visando compreender os percursos das denúncias, as estratégias comunicacionais adotadas.

**Palavras-chave:** Amazônia; dinâmica da informação; ativismo digital, sociobiodiversidade, neoextrativismo.

**Abstract:** the preservation of biodiversity in the Brazilian Amazon faces structural challenges imposed by a power system that favors large neo-extractive corporations. Civil society plays a fundamental role in resistance, especially through the media coverage of violence and threats against traditional populations and socio-biodiversity. This study investigates how specific actors—such as grassroots communicators, journalists from independent local media outlets, and leaders of traditional communities—use digital media to denounce socio-environmental conflicts and mobilize support networks. The ongoing research adopts a qualitative approach in three stages: (i) mapping independent media websites and platforms that publish reports on threats to socio-biodiversity defenders; (ii) exploratory interviews with communicators and journalists working for specialized websites; and (iii) in-person interviews with activists and community leaders in Belém and Santarém, in the state of Pará, aiming to understand the paths taken by these reports and the communication strategies adopted.

**Keywords:** Amazon; information dynamics; digital activism, sociobiodiversity, neo-extractivism.

## 1 INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira é palco de diversos conflitos que envolvem ameaças à sua biodiversidade e às populações tradicionais que ali vivem (CPT, 2024). Na região, prevalece também uma combinação nociva de disparidades de poder, conhecimento e acesso à informação, além de visões divergentes sobre como lidar com tais conflitos (Instituto Igarapé, 2022; Waisbich *et al.*, 2022).

O neoextrativismo é um modelo econômico caracterizado pela implantação de grandes empreendimentos em territórios ambientalmente sensíveis, associado à apropriação intensiva de recursos naturais (Acosta, 2016; Fearnside, 2017; Issberner, 2022; Svampa, 2019b). Essa dinâmica compromete a diversidade socioambiental da Amazônia e está diretamente relacionada à intensificação de conflitos na região. O Brasil é o segundo país com maior número de assassinatos de defensores ambientais do mundo, atrás apenas da vizinha Colômbia (Global Witness, 2024). No entanto, avanços têm sido acompanhados por forte resistência de comunidades tradicionais, ambientalistas e populações urbanas, que se posicionaram em defesa da vida, dos territórios e dos bens comuns.

Os conflitos ambientais são permeados por disputas ligados a interesses corporativos, políticos e científicos, que têm entre suas táticas a produção de ignorância e desinformação (Fearnside, 2017; Miguel, 2022; Rajão *et al.*, 2022; Regattieri, 2023). Isso compromete a participação dos cidadãos em questões cruciais como a saúde e a qualidade de vida no planeta nestes tempos de Antropoceno (Issberner; Léna, 2018; Svampa, 2019a). A crise ecológica é, portanto, também uma crise informacional e comunicacional, na qual os interesses vinculados aos principais responsáveis por essa situação estão adotando estratégias informacionais para retardar ações que possam ser desfavoráveis a eles.

No entanto, apesar de inseridas em um contexto de controle por grandes empresas internacionais, a internet e as tecnologias de informação e comunicação também são utilizadas como ferramentas por aqueles que resistem à destruição da floresta e de seus modos de vida. Povos tradicionais, jornalistas, ambientalistas e ativistas estão utilizando cada vez mais dispositivos e mídias digitais para garantir que relatos e informações confiáveis sobre denúncias de ataques socioambientais cheguem a mais pessoas, combatendo assim a desinformação sobre o assunto. Ferramentas como plataformas digitais, *sites*, *e-mails* e outros dispositivos baseados na internet têm sido utilizadas para ampliar a articulação dos

movimentos, contribuindo para que suas pautas ganhem visibilidade em diferentes contextos. (Vegh, 2003). A entrada de povos tradicionais no ciberespaço é um gesto de resistência em um território marcado por algoritmos e interesses privados. O ativismo digital ampliou e estimulou a participação política em larga escala de minorias, mas também os expõe às fragilidades de um ambiente que não foi feito para protegê-los. A produção de conteúdo por essas populações proporciona novas formas de representação e aumenta a visibilidade, a audiência e o engajamento em relação às suas demandas, além de acelerar a disseminação de denúncias contra aqueles que violam seus direitos.

A pesquisa em andamento investiga a dinâmica da informação em comunidades que resistem há anos à invasão de projetos neoextrativistas e às suas ameaças. O foco específico é o uso estratégico das novas mídias digitais e outras ferramentas de internet por atores sociais engajados na denúncia de ameaças à sociobiodiversidade e da violência contra defensores na Amazônia, buscando ampliar sua visibilidade em escala global, mesmo em meio às disputas de poder que atravessam esses espaços. A metodologia da pesquisa inclui o mapeamento de veículos de comunicação e outras organizações especializadas na cobertura de conflitos na Amazônia brasileira e a realização de entrevistas em profundidade a jornalistas, ativistas e defensores da Amazônia e um estudo de campo em duas cidades do Pará, Belém e Santarém. O objetivo é rastrear todo o percurso da informação, desde sua origem até sua disseminação, incluindo a produção da informação e a apuração do conteúdo.

O estado do Pará foi escolhido por liderar os conflitos ambientais (CPT, 2024). Além disso, o estado também receberá a COP 30 em novembro de 2025, o que tem atraído visibilidade. As cidades de Belém e Santarém funcionam como polos regionais e, além de reunirem grandes números de conflitos e ameaças, concentram também organizações de resistência dos povos da Amazônia.

Considerando os aspectos mencionados, esta pesquisa se organiza em torno de um núcleo de duas questões fundamentais: Qual o papel das mídias digitais no movimento de resistência à destruição da sociobiodiversidade? E quais os elementos envolvidos na mediatização da violência física e epistêmica contra comunidades locais na Amazônia?

Além do objetivo principal, os seguintes objetivos secundários destacam-se: 1. Analisar a relação entre a lógica neoextrativista e a degradação socioambiental na Amazônia; 2. Identificar as formas de resistência adotadas por comunidades ameaçadas e ativistas ambientais diante das disparidades no acesso, produção e disseminação de informações e da

desinformação propagada por agentes neoextrativistas; 3. Identificar como as mídias digitais e outras ferramentas da internet são mobilizadas na denúncia de ameaças à sociobiodiversidade na Amazônia; e 4. Sistematizar as dinâmicas informacionais sobre ameaças socioambientais envolvendo comunidades locais e a disseminação de informações em plataformas digitais.

## 2 DESENVOLVIMENTO

Nesta seção, são apresentados os procedimentos metodológicos, bem como o contexto do neoextrativismo e da resistência digital na Amazônia e alguns resultados preliminares com discussão.

### 2.1 Procedimentos metodológicos

Essa pesquisa possui uma abordagem qualitativa e sua metodologia se divide em três etapas. A primeira incluiu o mapeamento dos principais veículos de comunicação e organizações responsáveis pelo ativismo ambiental sobre a Amazônia no Brasil. A segunda envolveu a realização de conversas remotas a colaboradores, jornalistas e ativistas. A terceira fase da pesquisa, realizada em abril de 2025, incluiu uma visita de campo a duas cidades do Pará, Belém e Santarém, para dialogar com lideranças e ativistas locais. As pessoas consultadas foram escolhidas a partir de uma amostragem intencional produzida a partir da segunda etapa. Ao final de cada interação, os participantes eram convidados a indicar novos possíveis contatos, técnica conhecida como *snowball* (Patton, 1990). Ao todo, foram realizadas 25 conversas até maio de 2025.

No quadro abaixo resumimos os procedimentos metodológicos da pesquisa:

**Quadro 1** – Procedimentos metodológicos por etapa

<b>Etapa</b>	<b>Sujeitos/ Fontes</b>	<b>Objetivos específicos</b>	<b>Técnica de análise</b>
<b>Mapeamento de veículos de disseminação de informações socioambientais</b>	<i>Sites</i> e serviços de mídia independente na internet	Identificar canais que veiculam denúncias sobre sociobiodiversidade e atores envolvidos na mediação das informações	Análise exploratória e categorização

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

<b>Interação com agentes de veículos de disseminação de informações socioambientais na internet</b>	Jornalistas e comunicadores de mídias independentes	Compreender processos de apuração, publicação e circulação das denúncias; identificar contatos para o trabalho de campo	Análise de conteúdo temática
<b>Interação com agentes locais</b>	Ativistas, defensores e Lideranças locais, ativistas da região amazônica	Entender como as denúncias são formuladas localmente, encaminhadas às mídias	Análise de conteúdo temática
<b>Sistematização e interpretação dos dados</b>	Dados das entrevistas e materiais digitais coletados	Articular as falas e práticas dos diferentes sujeitos, compreendendo os fluxos e sentidos da mediatização das denúncias.	Interpretação à luz do referencial teórico

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2025.

#### **2.4 O neoextrativismo e a resistência digital na Amazônia**

O sistema capitalista, como menciona Harvey (2016), depende da incorporação contínua de novos espaços e recursos para manter seu processo de acumulação, o que levanta a questão concreta de seus limites. Para Moore (2015), estamos nos aproximando do esgotamento do trabalho barato e das matérias-primas acessíveis, o que acentua as pressões sobre territórios ainda pouco integrados ao circuito mercantil global. Nessas áreas, como é o caso da Amazônia, as populações locais enfrentam investidas violentas por meio da expansão de megaprojetos ligados ao agronegócio, mineração, petróleo, hidrelétricas e extração predatória de madeira e outros. Essa dinâmica representa a expansão das fronteiras do extrativismo predatório ou neoextrativismo (Issberner, 2022; Svampa, 2019b), sendo a maior ameaça à sociobiodiversidade amazônica, ou seja, a sobrevivência de povos tradicionais e dos poucos ecossistemas funcionais ainda capazes de frear o colapso socioambiental.

Para os agentes do neoextrativismo, as áreas protegidas representam um obstáculo ao "desenvolvimento" e à valorização do capital, criando uma fronteira permanente de conflitos nas zonas rurais. Ao usar a agricultura como meio de apropriação e extração de recursos naturais, o agronegócio é um exemplo de perpetuação da matriz colonial de dominação. Os conflitos relacionados à produção de *commodities* nas áreas rurais da Amazônia brasileira conectam o desmatamento e a violência praticada pelos agentes do neoextrativismo aos milhões de consumidores globais. Entre esses agentes estão grandes

mineradoras (Vale, Anglo American, Belo Sun), gigantes agroquímicas (Bayer/Monsanto, Syngenta, Dupont), *traders* (ADM, Bunge, Cargill, Louis Dreyfus), empresas do agronegócio (JBS, Cosan/Raízen) e companhias de energia (Eletronorte, Energisa Mato Grosso).

Em contraponto a esse cenário, a resistência dos povos da floresta tem evoluído com o uso crescente de dispositivos conectados à internet. Apesar de ainda ser a região com menor conectividade no país (CGI.br, 2024), novas tecnologias e programas têm feito com que a internet chegue a pontos antes isolados. Deste modo, denúncias sobre violências contra a sociobiodiversidade chegam a audiências nacionais e internacionais, às vezes em tempo real.

## **2.5 Resultados e discussão**

Até maio de 2025, mais de 100 organizações foram mapeadas, incluindo veículos de comunicação dedicados à cobertura socioambiental da Amazônia, coletivos de comunicação indígenas, ONGs e grupos de pesquisa.

Entre os desafios de cobrir a Amazônia e manter veículos independentes no ar, os atores locais consultados na terceira fase da pesquisa destacaram a falta de financiamento, a competição por recursos, as condições precárias de trabalho e as equipes reduzidas. Os jornalistas apontaram também os altos custos da cobertura da Amazônia, com suas longas distâncias, a necessidade de repórteres bem treinados e os perigos que a região envolve, justamente pela natureza das reportagens.

Os relatos e a pesquisa documental, ainda em estágio experimental, sugerem a necessidade de criação de redes digitais confiáveis que permitam a circulação de informações sobre crimes socioambientais, fazendo com que essas denúncias saiam da floresta e alcancem canais de comunicação mais amplos na internet. A conexão entre territórios tradicionais e veículos de comunicação digitais se tornou um elemento estratégico na luta contra o avanço da destruição ambiental e social. As parcerias, entre instituições lideranças e mídia locais com veículos de mídia digital, ampliam o alcance e a credibilidade das denúncias.

O tema da confiança começou a se delinear com mais força na terceira etapa da pesquisa, ainda em fase preliminar. As falas dos participantes indicam uma recorrente desconfiança em relação aos “de fora” da Amazônia, percebida como parte de uma estrutura relacional marcada pelos repetidos ciclos de colonização da região, tanto por estrangeiros quanto por brasileiros de outras partes do país. Essa desconfiança em alguns momentos pode se manifestar por meio de tensões com defensores “de fora”, em um contexto de disputa por

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

recursos escassos. Entre as organizações mais citadas como confiáveis, do ponto de vista institucional, o Ministério Público é apontado como o principal aliado dentro do poder público. Já a Igreja católica atua como aliada informacional e política de muitas comunidades e movimentos.

A hipótese inicial, de que a visibilidade digital contribui para a proteção de defensores, foi parcialmente confirmada até o momento, revelando que, embora a exposição possa gerar apoio e redes de solidariedade, também pode representar riscos adicionais às comunidades envolvidas. Em caráter preliminar, observou-se que muitos participantes indicam buscar a visibilidade como estratégia de proteção e resistência. Um deles chegou a resumir o uso da mediatização para proteger defensores ameaçados como a tática de “tornar defunto caro”. Ao mesmo tempo, há relatos que apontam para os riscos dessa mediatização em contextos em que as lideranças permanecem em territórios sob ameaça, frequentemente com poucos recursos comunicacionais e informacionais, além da ausência de mecanismos oficiais efetivos de proteção. De forma preliminar, os relatos dos participantes sugerem percepções sobre a precariedade dos programas de proteção existentes, bem como sobre a conivência, e em alguns casos, associação, das polícias com agentes de ameaça. Também foram mencionadas críticas ao silêncio seletivo da grande mídia, que frequentemente não se envolve com pautas locais, e à concentração da mídia regional, muitas vezes sob influência de políticos e empresários locais. Esses elementos são apontados como obstáculos à visibilidade dos conflitos. É comum que as pessoas recorram às mídias alternativas ou especializadas levantadas pela pesquisa para driblar a falta de espaço na mídia hegemônica.

Os relatos iniciais dos participantes sugerem um papel ambíguo desempenhado por plataformas digitais como *Facebook* e *WhatsApp* na circulação de informações em comunidades remotas da Amazônia. Em muitos contextos, essas plataformas despontam como os únicos meios disponíveis para amplificar denúncias e tentar alcançar órgãos decisórios ou um público mais amplo. O uso de tecnologias móveis é frequentemente citado como uma ferramenta que permite o compartilhamento direto de informações a partir dos locais de conflito. Muitos jornalistas contactados na segunda fase afirmaram participar de grupos temáticos de *WhatsApp* com atores locais, políticos, acadêmicos e outros jornalistas que também cobrem a questão da violência na Amazônia.

Outro ponto marcante é a importância da oralidade na comunicação da Amazônia. Por sua infiltração e capilaridade, a rádio, incluindo as rádios comunitárias, foram apontadas como

meios fundamentais de informação e articulação na região. Áudios de Whatsapp, webrádios e *podcasts* são outras ferramentas muito usadas pelas populações locais. Para se comunicar com grupos de fora da região, os meios priorizados por muitas pessoas são o Instagram e *blogs* e *sites* especializados.

Em relatos coletados até o momento, alguns participantes destacam os desafios e contradições envolvidos no uso de ferramentas das *Big Tech* como parte de suas estratégias de resistência. Um deles expressou essa ambivalência ao afirmar: “o que a gente faz é 50% resistência, 50% rendição”. Além do uso recorrente das plataformas da Meta (*WhatsApp, Instagram e Facebook*), também foram mencionadas mudanças significativas na dinâmica da informação na Amazônia, atribuídas à chegada da internet via satélite da Starlink. A operadora de internet do bilionário de extrema direita Elon Musk é vista com cautela. Ao mesmo tempo que ela é apontada como facilitadora da comunicação em comunidades isoladas e das investigações de jornalistas, ela também permite que criminosos, como garimpeiros e traficantes de drogas, acessem a internet e a mídia no meio da floresta, sem mencionar os riscos de a comunicação na região estar nas mãos de um "oligarca da informação" de extrema direita (Butcher, 2009). Segundo os relatos reunidos até o momento, essas contradições têm gerado discussões internas no contexto de alguns projetos, como o Conexões Povos da Floresta<sup>1</sup>, mas que para as comunidades o direito à informação se sobrepõe a possíveis riscos. Isso demonstra que faltam políticas públicas que incentivem alternativas que favoreçam a soberania informacional dos povos da Amazônia para que sejam menos dependentes dessas empresas.

O surgimento de novas mídias alternativas é um fator apontado como um contraponto a esse cenário de concentração midiática regional e contradições na dinâmica informacional. As novas mídias favorecem a emergência de novas narrativas e discursos produzidos por atores amazônidas, com forte protagonismo de mulheres e jovens na resistência. Muitos dos novos veículos têm, desde suas origens, vínculos próximos com movimentos políticos de resistência. Alguns coletivos autônomos organizam campanhas de denúncia e mobilizam comunidades. Neles, o Bem Viver (Acosta, 2016) aparece como horizonte informacional, comunitário e ecológico.

---

<sup>1</sup> Conexão Povos da Floresta é uma iniciativa em rede que tem como objetivo conectar em rede, através de internet banda larga, mais de 1 milhão de pessoas de comunidades indígenas, quilombolas, extrativistas e ribeirinhas da Amazônia brasileira. Disponível em: <https://conexaopovosdafloresta.org.br/>

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho destaca o papel de defensores socioambientais, que diante do avanço do neoextrativismo na Amazônia, se apropriam de ferramentas digitais para fortalecer suas lutas. Ao analisar como *sites* especializados são utilizados para ampliar a mobilização social e dar visibilidade às denúncias, observamos como a dimensão material e simbólica da comunicação se articula na defesa territorial e no enfrentamento de violências epistêmicas. A disputa por narrativa e pela autodeterminação dos povos tradicionais se apresenta como eixo central dessas ações.

Tanto a comunicação quanto a informação assumem funções estratégicas nos territórios ameaçados. A produção, circulação e acesso à informação tornam-se práticas ativas de resistência contra a degradação ambiental e as violências impostas às comunidades tradicionais, ante a captura do Estado pelos interesses neoextrativistas. Recursos comunicacionais diversos, do rádio às redes sociais, são apropriados de forma estratégica por sujeitos historicamente marginalizados, como mulheres, jovens, indígenas e comunicadores populares. São eles que, ao articular saberes tradicionais, experiências locais e repertórios políticos, transformam essas ferramentas em instrumentos de denúncia, mobilização, produção de conhecimento e afirmação identitária.

No entanto, as novas dinâmicas informacionais e comunicacionais trazem também ambivalências e contradições. A visibilidade e a exposição midiática podem operar muitas vezes de forma ambígua em situações de ameaças, sendo, ao mesmo tempo, um mecanismo de proteção e um fator de vulnerabilização. A exposição pública, embora potencialize o alcance das denúncias, pode intensificar riscos para lideranças e comunidades.

Além disso, persistem contradições em relação a infraestrutura informacional e comunicacional disponível para essa resistência. A precariedade de acesso, aliada à concentração de plataformas e fluxos de informação, limita a autonomia das comunidades na gestão de seus próprios dados e narrativas.

Neste contexto, surgem reivindicações de soberania informacional, pois a luta amazônica extrapola o território físico e demanda o reconhecimento do direito de narrar-se de produzir e controlar as próprias informações. Trata-se de um enfrentamento direto às lógicas de apagamento impostas pelo neoextrativismo e pelos monopólios comunicacionais, reafirmando a centralidade da informação como dimensão política da resistência.

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

Diante do exposto, observamos que as práticas comunicativas e informacionais podem até melhorar a condição desses povos, em termos de visibilidade, segurança relativa, articulação política e fortalecimento cultural. Entretanto, dificilmente elas serão suficientes para frear o avanço do neoextrativismo, que é parte de uma luta maior, que precisa envolver mudanças estruturais nas políticas públicas, no modelo econômico e na governança ambiental global. Essas formas de resistência que precisam ser reconhecidas e fortalecidas, por meio de visibilidade, financiamento e políticas públicas, apesar de ainda atuar dentro de um campo de disputas extremamente desigual.

Os próximos passos desta pesquisa, como descrito no quadro de procedimentos metodológicos, incluem uma nova viagem de campo, com a realização de entrevistas presenciais em profundidade, a transcrição e análise de conteúdo das entrevistas e a sistematização e interpretação dos dados.

#### **AGRADECIMENTOS**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Brasil (CAPES), Código de Financiamento 001, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).

#### **REFERÊNCIAS**

ACOSTA, Alberto. **O bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

BUTCHER, Matthew P. At the foundations of information justice. **Ethics and Information Technology**, v. 11, n. 1, p. 57-69, 2009.

CGI.br. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros**: TIC Domicílios 2024. [S. l.]: CGI, 2024.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no campo Brasil 2023** (Relatório). Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: CPT Nacional. 2024

FEARNSIDE, Philip. Planned disinformation: the example of the Belo Monte dam as a source of greenhouse gases. *In*: ISSBERNER, Liz-Rejane; LÉNA, Philippe. **Brazil in the Anthropocene**: conflicts between predatory development and environmental policies. Londres: Routledge. 2017. p. 125-142.

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

GLOBAL WITNESS. **Missing voices: the violent erasure of land and environmental defenders** (Relatório). [S. l.: s. n.], 2024

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

INSTITUTO IGARAPÉ; INSIGHT CRIME. **Amazônia saqueada: as raízes do crime ambiental em cinco países amazônicos** (Relatório). [S. l.: s. n.], 2022.

ISSBERNER, Liz-Rejane. Em direção a um regime de informação dos conflitos agroextrativistas: decolonizando imaginários. *In*: SALDANHA, Gustavo; CASTRO, Paulo César; PIMENTA, Ricardo M. (org.). **Ciência da Informação: sociedade, crítica e inovação**. Rio de Janeiro: IBICT, 2022. p. 225-250.

ISSBERNER, Liz-Rejane; LÉNA, Philippe. Anthropocene: the vital challenges of a scientific debate. **The Unesco Courier**, v. 2, n. 2, p. 7-10, Apr./June 2018.

MIGUEL, Jean Carlos. A “meada” do negacionismo climático e o impedimento da governamentalização ambiental no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, v. 37, n. 1, p. 293-315, 2022.

MOORE, Jason W. Putting Nature to Work. *In*: ARNDT, Olaf; WEE, Cecelia (ed.). **Supramarkt: a micro-toolkit for disobedient consumers, or how to frack the fatal forces of the Capitalocene**. Gothenburg: Irene Books, 2015. p. 69-11.

PATTON, Michael Quinn. **Qualitative evaluation and research methods**. 2nd ed. Newbury Park, CA: Sage, 1990.

RAJÃO, Raoni *et al.* The risk of fake controversies for Brazilian environmental policies. **Biological Conservation**, v. 266, p. 109447, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.biocon.2021.109447>. Acesso em: 09 jan. 2026.

REGATTIERI, Lori. A propaganda desinformativa no Projeto de Destruição Nacional Bolsonarista: a desinformação como estratégia de governo na agenda socioambiental durante a presidência de Jair Bolsonaro (PL). **Revista Eco-Pós**, v. 26, n. 1, p. 105–139, 2023.

SVAMPA, Maristela. El antropoceno como diagnóstico y paradigma. **Lecturas globales desde el sur, Utopia y praxis latinoamericana**, v. 24, n. 84, p. 33-54, 2019a.

SVAMPA, Maristela. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. São Paulo: Editora Elefante, 2019b.

VEGH, Sandor. Classifying forms of online activism: the case of cyberprotests against the World Bank. *In*: MCCAUGHEY, Martha; AYERS, Michael D. (ed.). **Cyberactivism: online activism in theory and practice**. New York: Routledge, 2003.

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

WAISBICH, Laura Trajber; RISSO, Melina, HUSEK; Terine, BRASIL, Lycia. **O ecossistema do crime ambiental na Amazônia**: uma análise das economias ilícitas da floresta. Artigo estratégico 55. Instituto Igarapé. 2022.